



Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Atendendo às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e alterações introduzidas pela Resolução BCB nº 367, de 25 de janeiro de 2024, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da F & F Instituição de Pagamento S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2026. O conjunto das demonstrações financeiras compreende os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

As referidas demonstrações financeiras e documentos acima citados estarão disponíveis em nosso endereço eletrônico: <https://ffcredscd.com.br/> a partir de 28 de agosto de 2026.

A F & F Instituição de Pagamento declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

JULIO CESAR DAL
ZOTT:91819121020

Assinado de forma digital por
JULIO CESAR DAL
ZOTT:91819121020
Dados: 2026.08.28 13:43:17
-03'00'

Julio Cesar Dall Zott
Diretor Presidente

Paulo Eduardo Pereira
Contador – CRC 030018/O-3

Demonstrações Financeiras

F & F Instituição de Pagamento S.A.

**30 de junho de 2026
com Relatório dos Auditores Independentes.**



Índice

Relatório da Administração	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração do Fluxo de Caixa	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	14



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com satisfação, apresentamos os resultados do 1º Semestre de 2026. Um período desafiador qual provamos a resiliência e empreendedorismo de nossa Instituição.

Com suas operações centralizadas em Itajaí (SC) e pontos de apoio em Erechim (RS), Rio Grande (RS), Paranaguá (PR) e Rondonópolis (MT), com atuação em todo território nacional. A FF Instituição de Pagamento S.A opera como instrumento de conexão entre a Transportadora, Motoristas e Frotistas contratados além de sua a rede de postos credenciados, permitindo a gestão de pagamentos de frete de forma simples, prática e ativa, entregando uma solução muito versátil e de fácil operacionalização. Somos responsáveis por todo processo de recolha, digitalização, validação e disponibilização dos comprovantes de entrega dos fretes, que com uso da tecnologia, agiliza a entrega das imagens e documentos físicos validados, otimizando a gestão de faturamento e recebimento de créditos por parte de nossos clientes.

A Instituição recebeu em 2025 o registro e autorização do Banco Central do Brasil como Credenciadora de pagamentos, e em seu Conglomerado Jurisprudencial, conta com duas Instituição autorizadas no Bacen e uma empresa homologada e registrada na ANTT, atendendo às exigências dos órgãos reguladores para operar neste mercado.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Instituição manteve seu direcionamento voltado a excelência no atendimento e prospecção de novo clientes de forma sustentável, além da reformulação de métodos e procedimentos internos, colocando-se à frente de concorrentes e proporcionando ainda mais credibilidade junto ao mercado de transportes, por meio de padrões e procedimentos, de forma a automatizar e agilizar os processos.

Com forte crescimento de seu portfólio a FF Instituição de Pagamento S.A., projeta o próximos semestre com franco crescimento em transações e receita, ofertando serviços integrados que atendam às demandas das empresas de transporte e aproveitando ao máximo o nosso ecossistema, com eficiência e rentabilidade operacional, através de processos mais ágeis e eficazes, mantendo um time de colaboradores competentes e capacitados, e desta forma cumprindo seu papel sócio ambiental e remunerando seus acionistas, seguindo seu lema: "CONECTANDO PESSOAS E TRANSFORMANDO O DIGITAL EM SUA REALIDADE"

Itajaí- SC, 28 de agosto de 2026.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e diretores da **F & F INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **F & F Instituição de Pagamento S.A. ("FF Cred Digital" – "Financeira")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FF Cred Digital** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas Demonstrações Financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Reconhecimento das receitas de serviços e registros dos das transações de pagamentos

Conforme divulgado nas notas explicativas nº5, nº12 e nº13, a Financeira atua como intermediadora em transações de pagamentos, sendo responsável pela captura, transmissão, processamento e a liquidação financeiras dessas operações. Nesse modelo de negócio, a Financeira registra em seu ativo os valores a receber das transações de pagamentos e, no passivo, as obrigações correspondentes a repassar. A remuneração da Financeira corresponde ao spread ou taxa de administração cobrada sobre essas transações, reconhecida como receita de serviços no resultado de acordo com o regime de competência.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de valores a receber e de obrigações por transações intermediadas totalizou R\$ 40.005 (quarenta milhões cinco mil reais). A receita de serviços de pagamento reconhecida no período totalizou R\$ 13.059 (treze milhões cinquenta e nove mil reais). Considerando a relevância desses saldos e da receita associada, bem como o volume de transações processadas pela Financeira e o julgamento envolvido na aplicação das políticas contábeis relacionadas ao reconhecimento das receitas e registros das operações intermediadas, consideramos esse tema como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados aos processamentos das transações intermediadas, bem como ao reconhecimento das receitas de serviços; (ii) a realização de teste documentais, em base amostral, sobre transações intermediadas registradas durante o período, incluindo a verificação do registro dos valores a receber e das correspondentes obrigações a pagar; (iii) a realização de testes de recálculo da remuneração da Financeira, com base nas taxas de intermediação ou spreads aplicáveis às transações processadas; (iv) a realização de procedimentos analíticos sobre os volumes de transações e receitas reconhecidas no período; e (v) a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, especialmente nas notas explicativas nº5, nº12 e nº13. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o reconhecimento das receitas de serviços e registro das transações intermediadas, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim - RS, 28 de agosto de 2026.

LUCIANA TODERO Assinado de forma digital por
LUCIANA TODERO
PERIN:613585760 PERIN:61358576068
Dados: 2026.08.28 14:02:11
68 -03'00'

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O – CVM 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

Balanço Patrimonial

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	3	12.648	2
Títulos e valores mobiliários	4	9.994	7.561
Valores a receber	5	41.215	20.972
Impostos a recuperar		401	330
Outros ativos		311	464
Ativo não financeiro mantido para venda	6	1.894	-
Imobilizado	7	715	826
Intangível	8	832	1.533
Total do ativo		68.010	31.688
Passivo			
Depósitos à vista	9	17.882	3.006
Obrigações por transações intermediadas	12	40.005	20.064
Obrigações fiscais	10	913	1.012
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.043	820
Outros passivos		196	219
Total passivo		60.039	25.121
Patrimônio líquido			
Capital social	18	6.010	6.010
Reservas de lucros		1.961	557
Total do patrimônio líquido		7.971	6.567
Total do passivo e do patrimônio líquido		68.010	31.688

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas operacionais	13	13.059	10.880
Receitas por serviços de pagamentos		13.059	10.880
Resultado da intermediação financeira		66	6
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		66	6
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(9.783)	(7.839)
Despesas administrativas		(5.400)	(4.038)
Despesas com pessoal		(3.321)	(2.927)
Despesas tributárias		(1.062)	(874)
Resultado operacional		3.342	3.047
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.342	3.047
Corrente	15	(1.546)	(1.246)
Lucro líquido do período		1.796	1.801
Lucro líquido por ação		0,2988	0,8960

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	1.796	1.801
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	1.796	1.801

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.010	251	4.113	-	6.374
Lucro líquido do período	-	-	-	1.801	1.801
Dividendos distribuídos	-	-	(179)	-	(179)
Constituição reserva de lucros	-	-	1.801	(1.801)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.010	251	5.735	-	7.996
Aumento de capital	4.000	-	(4.000)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	4.331	4.331
Dividendos distribuídos	-	-	(5.760)	-	(5.760)
Constituição de reserva legal	-	306	-	(306)	-
Constituição reserva de lucros	-	-	4.025	(4.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.010	557	-	-	6.567
Lucro líquido do período	-	-	-	1.796	1.796
Dividendos distribuídos	-	-	(392)	-	(392)
Constituição de reserva legal	-	90	-	(90)	-
Constituição reserva de lucros	-	-	1.706	(1.706)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	6.010	647	1.314	-	7.971

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do período	1.796	1.801
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	619	360
Custo residual do ativo imobilizado baixado	199	-
(Aumento) Redução em ativos:		
Valores a receber	(20.243)	(21.965)
Impostos a recuperar	(71)	-
Outros ativos	(61)	(509)
Partes relacionadas	-	5
Ativo não financeiro mantido para venda	(1.894)	-
Aumento (Redução) em passivos:		
Depósitos à vista	14.876	21.073
Obrigações por transações intermediadas	19.941	21.123
Obrigações fiscais	(99)	213
Obrigações sociais e trabalhistas	223	272
Outros passivos	(23)	66
Partes relacionadas	-	(184)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades Operacionais	15.263	22.255
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6)	(112)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades de Investimentos	(6)	(112)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas	(178)	(179)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) Atividades de Financiamentos	(178)	(179)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	15.079	21.964
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.563	6.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	22.642	28.553
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	15.079	21.964
Itens que não afetam caixa		
Outros ativos	214	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Financeira **F & F Instituição de Pagamento S.A.**, (“FF Cred Digital” ou “Financeira”) foi constituída em 24 de julho de 2020, sob o CNPJ 38.653.626/0001-70 e teve seu contrato social registrado na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sub n°. 43.300.065.227 em 22 de setembro de 2020. A Financeira tem sua sede na Rua Laguna, n°. 157, Sala 101 Bairro Fazenda, CEP 88301-460, na cidade de Itajaí - SC.

A Financeira tem como objetivos a emissão e serviços de administração de cartões; credenciamento de estabelecimento comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões; locação e prestação de serviços de instalação e manutenção para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões; instalação e manutenção de soluções em meios eletrônicos para automação comercial; administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicos e manuais realizadas por meio de cartões; intermediação e serviços correlativos entre lojistas parceiros, bandeiras dos cartões e as instituições financeiras e os portadores cartões; obtenção de concessão de crédito junto às instituições financeiras para sua própria utilização e para utilização de estabelecimento afiliados; atividade de recebimentos de depósitos, pagamentos de títulos e outras atividades decorrentes de convênios; serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança em geral, inclusive em nome e por conta de terceiros; emissão de vales alimentação, transportes e similares; atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; participações societárias – Holding de Instituições não Financeiras.

Em 23 de janeiro de 2025, a Financeira recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento regulamentada na modalidade de emissor de instrumentos de pagamentos pré-pagos e credenciador, concedido pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União Edição n° 18, seção 3 de 27 de janeiro de 2025.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da F & F Instituição de Pagamento S.A. referente ao período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme Resolução BCB n° 2/20, diretrizes emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09. Para contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Principais critérios contábeis adotados

a) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Para determinar o modelo de negócios, a FF Cred Digital avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros da FF Cred Digital são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortização (CA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

b) Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos de disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. Esses recursos são utilizados pela FF Cred Digital para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado a saldo de conta pré-paga ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Valores a receber e obrigações por transações intermediadas

A Financeira atua como intermediadora em transações de pagamento realizadas entre transportadoras e postos de combustíveis parceiros, sendo responsável pela captura, transmissão, processamento e liquidação financeira dessas operações.

Nessas transações, a Financeira não assume o controle dos bens ou serviços subjacentes comercializados entre as partes, atuando apenas como agente na intermediação financeira. Dessa forma, os valores transitados nas operações são reconhecidos contabilmente por meio do registro dos direitos a receber das transportadoras e das correspondentes obrigações a pagar aos postos de combustíveis parceiros.

Os valores a receber e a pagar são reconhecidos no momento da realização das transações e permanecem registrados até a respectiva liquidação financeira. A diferença entre os montantes registrados no ativo e no passivo corresponde ao spread cobrado pela Financeira pela prestação dos serviços de intermediação financeira, o qual é reconhecido no resultado como receita de serviços, em conformidade com o regime de competência.

e) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução BCB 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

f) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

g) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados às atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, revisadas anualmente pela administração da Financeira.

h) Receitas operacionais

As receitas operacionais são reconhecidas com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, em conformidade com o regime de competência. Essas receitas são apresentadas líquidas de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, bem como dos impostos diretamente incidentes sobre os serviços.

As receitas provenientes de serviços de pagamentos referem-se às atividades de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas entre os transportadores e os postos de combustíveis parceiros. Essas receitas são reconhecidas no resultado da Financeira de acordo com o regime de competência, sendo apresentadas líquidas das taxas de repasse aplicáveis.

i) Imposto de renda e contribuição social

A Financeira é optante pelo regime de tributação do lucro presumido, com apuração trimestral. O Imposto de Renda sobre a atividade principal é calculado mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre as receitas tributáveis até o limite de R\$ 1.250 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) por trimestre. Sobre a parcela da receita tributável que exceder esse montante, aplica-se o percentual de presunção majorado em 10%, correspondente a 35,2%. Sobre a base de cálculo apurada incide a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela da base tributável que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) por trimestre.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre as receitas tributáveis até o limite de R\$ 1.250 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) por trimestre, sendo aplicado o percentual majorado de 35,2% sobre a parcela excedente. Até 31 de março de 2026, a CSLL incidia à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo presumida. A partir de 1º de abril de 2026, em decorrência de alteração na legislação tributária, a alíquota passou para 12%.

j) Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A Administração permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais e valores mantidos em caixa.

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	1	1
Depósitos bancários	12.647	1
Total	12.648	2

4. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos e em Certificados de Depósitos Bancários (CDB)

	30/06/2026	31/12/2025
CDB - Certificado de depósito bancário	6.620	6.210
Cotas de fundos de investimentos	3.374	1.351
Total	9.994	7.561

Os saldos registrados em CDB – Certificado de Depósitos Bancários são utilizados para garantir os saldos de moeda eletrônica mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BCB nº 80 de 25 de março de 2021.

As cotas de fundos de investimentos referem-se à aplicação em Fundos de Renda Fixa de baixo risco e alta liquidez. Esses fundos apresentam uma remuneração média vinculada a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e são mantidas como investimentos em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Instituição.

5. Valores a receber

Os valores a receber são oriundos das transações de pagamentos intermediadas pela financeira.

	30/06/2026	31/12/2025
Rede digital e credenciada	40.005	20.064
Contas a receber de clientes	1.210	908
Total	41.215	20.972
Circulante	41.215	20.972
Não circulante	-	-

Rede credenciada

Referem-se às transações de pagamento intermediadas pela FF Cred Digital, entre as transportadoras e os pontos de combustíveis parceiros. Nessa operação, a FF Cred Digital atua como intermediadora financeira, realizando a captura, administração e liquidação dos valores decorrentes das transações.

Os valores correspondentes às transações são recebidos e administrados pela FF Cred Digital, sendo posteriormente repassados aos postos de combustíveis parceiros. Dessa forma, os montantes a receber encontram-se registrados no ativo, enquanto as obrigações



Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

correspondentes a repassar aos postos de combustíveis parceiros estão registrados no passivo, conforme nota explicativa 12.

6. Ativo não financeiro mantido para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, refere-se a bens adquiridos pela empresa. Os saldos são compostos da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Bens imóveis	1.894	-
Total	1.894	-
Circulante	-	-
Não circulante	1.894	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Equipamentos processamento de dados	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Sistemas de segurança	Total
<u>Custo</u>						
Saldo em 31/12/2024	416	227	242	14	5	904
Adições	-	190	3	17	56	266
Saldo em 31/12/2025	416	417	245	31	61	1.170
Adições	-	-	-	-	6	6
Saldo em 30/06/2026	416	417	245	31	67	1.176
<u>Depreciação</u>						
Saldo em 31/12/2024	(165)	(36)	(9)	(6)	(1)	(217)
Depreciação	(81)	(30)	(10)	(2)	(4)	(127)
Saldo em 31/12/2025	(246)	(66)	(19)	(8)	(5)	(344)
Depreciação	(44)	(21)	(41)	(2)	(9)	(117)
Saldo em 30/06/2026	(290)	(87)	(60)	(10)	(14)	(461)
<u>Valor Residual</u>						
Saldo em 31/12/2024	251	191	233	8	4	687
Saldo em 31/12/2025	170	351	226	23	56	826
Saldo em 30/06/2026	126	330	185	21	53	715

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

O ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	Softwares, sistemas e plataformas digitais	Marcas e patentes	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2024	2.781	269	3.050
Adições	199	-	199
Saldo em 31/12/2025	2.980	269	3.249
Baixas	(199)	-	(199)
Saldo em 30/06/2026	2.781	269	3.050
Amortização			
Saldo em 31/12/2024	(1.125)	-	(1.125)
Amortização	(591)	-	(591)
Saldo em 31/12/2025	(1.716)	-	(1.716)
Amortização	(502)	-	(502)
Saldo em 30/06/2026	(2.218)	-	(2.218)
Valor Residual			
Saldo em 31/12/2024	1.656	269	1.925
Saldo em 31/12/2025	1.264	269	1.533
Saldo em 30/06/2026	563	269	832

9. Depósitos à vista

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas e valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais credenciados no arranjo de pagamento.

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	17.882	3.006
Total	17.882	3.006
Circulante	17.882	3.006
Não circulante	-	-

10. Obrigações fiscais

Os valores na data do encerramento do período apresentavam a seguinte configuração:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão IRPJ	565	670
Provisão CSLL	194	227
Iss a Pagar	87	74
Pis e Cofins a pagar	40	33
Outros impostos a pagar	27	8
Total	913	1.012
Circulante	913	1.012
Não circulante	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores na data do encerramento do período apresentavam a seguinte configuração:

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações de reconhecimento mensal	608	375
Salários a pagar	260	272
Encargos sociais e trabalhistas	175	173
Total	1.043	820
Circulante	1.043	820
Não circulante	-	-

12. Obrigações por transações intermediadas

	30/06/2026	31/12/2025
Rede digital e credenciada	40.005	20.064
Total	40.005	20.064
Circulante	40.005	20.064
Não circulante	-	-

Referem-se às obrigações decorrentes das transações de pagamento intermediadas pela Cred Digital entre as transportadoras e os postos de combustíveis parceiros. Nessas operações, a Cred Digital realiza a administração e liquidação financeira dos valores transacionados.

Os montantes correspondem aos valores recebidos das transportadoras que ainda não foram repassados aos postos de combustíveis parceiros na data-base das demonstrações financeiras. Tais valores são registrados no passivo até a efetiva liquidação por meio do repasse aos respectivos parceiros, refletindo a natureza de intermediação dessas operações.

13. Receitas operacionais

Abaixo apresentamos as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do período:

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas por serviços de pagamentos	10.542	7.986
Receitas por serviços de pagamentos <i>intercompany</i> (Nota 16)	2.081	2.289
Outras rendas operacionais	436	605
Receitas operacionais	13.059	10.880

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos, despesas e receitas ou função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	30/06/2026	30/06/2025
<u>Por função</u>	<u>(9.783)</u>	<u>(7.839)</u>
Despesas administrativas	(5.400)	(4.038)
Despesas com pessoal	(3.321)	(2.927)
Despesas tributárias	(1.062)	(874)
<u>Por natureza</u>	<u>(9.783)</u>	<u>(7.839)</u>
Despesas com pessoal	(3.321)	(2.927)
Manutenção de softwares	(1.977)	(1.835)
Despesas tributárias	(1.062)	(874)
Serviços de terceiros	(1.194)	(780)
Depreciação e amortização	(619)	(360)
Despesas com honorários	(423)	(100)
Outras receitas e despesas	(373)	(332)
Alugueis e locações	(303)	(270)
Viagens e representações	(321)	(149)
Marketing	(82)	(43)
Comunicações	(67)	(96)
Manutenções diversas	(33)	(66)
Despesas bancárias	(8)	(7)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no período de apuração.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Receita operacional bruta	13.059	10.573
Receita sujeita à presunção de 32%	2.500	10.573
Receita sujeita à presunção majorada de 35,2%	10.559	-
Lucro presumido	4.517	3.383
<u>Adições</u>		
Receitas financeiras	66	317
Base de cálculo	4.583	3.700
IRPJ à alíquota de 15%	(687)	(555)
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	(447)	(358)
CSLL à alíquota de 12%*	(412)	(333)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(1.546)	(1.246)

(*) A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente, à alíquota de 9% até março de 2026. A partir de 1º de abril de 2026, em decorrência de alteração legislativa, a alíquota passou a ser de 12%.

16. Partes relacionadas

A Financeira possui operações de prestação de serviços e compras de mercadorias e outras operações, dentro das transações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Distribuídas nas seguintes partes:	Demonstração do resultado			
	30/06/2026		30/06/2025	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Transportes Transvidal S.A.	774	-	771	-
Scanagatta Logística e Transportes Ltda.	105	-	9	-
VDA Logística e Transportes S.A.	-	-	77	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	1.189	-	1.427	-
Vitasul Logística e Transportes Ltda.	13	-	5	-
Total	2.081	-	2.289	-

Distribuídas nas seguintes rubricas:	Demonstração do resultado			
	30/06/2026		30/06/2025	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Receita com prestação de serviços (Nota 13)	2.081	-	2.289	-
Total partes relacionadas	2.081	-	2.289	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Contingências

Até a data de emissão das demonstrações financeiras a Financeira não possuía participação em processos judiciais e/ou administrativos que apresentassem necessidade de divulgação, constituição de provisionamento contábil ou registro de passivo contingente, conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes / *IAS 37 Provisions, contingent liabilities and contingent assets*.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 6.010 (seis milhões e dez mil reais), divididos em 6.010.000 (seis milhões e dez mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Financeira no montante de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), mediante a capitalização de lucros acumulados.

Reserva de lucros

Reserva legal

Está constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Financeira. Em 30 de junho de 2026 a reserva legal corresponde a R\$ 647 (seiscentos e quarenta e sete mil reais).

Reserva de lucros

Compostas pelo saldo de lucros acumulados dos períodos anteriores, devidamente constituída em Assembleia Geral Ordinária, mais o resultado líquido do período, após as destinações obrigatórios e os dividendos propostos pela Administração.

19. Estrutura de gerenciamento de risco

A Financeira adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. A Financeira possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas e fim de avaliar os resultados e o impactos financeiros no fluxo de caixa.

Risco operacional

É a possibilidade de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas na identificação e/ou autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários e serviços de pagamento etc. A Instituição desenvolveu ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

*Exceto balanço em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

É o risco de a Instituição não ser capaz de: i) honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos, limites mínimos de cobertura de saldo de moeda eletrônica de terceiros e de concentração de ativos. Em caso de necessidade, a Financeira pode recorrer à linhas de crédito pré-aprovadas em instituições parceiras para obtenção de empréstimo de longo prazo, e também pode ser feito também controle de antecipação de recebíveis, junto às adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

A Instituição busca proteção utilizando os mesmos índices para seus contratos de ativos e passivos mitigando os riscos inerentes da volatilidade das taxas. Os depósitos de clientes e os empréstimos que estão fixados em taxa CDI são protegidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários atrelados à mesma taxa variável de juros (CDI).

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos. O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de capital

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição encontra-se em processo de adequação para atendimento aos limites mínimos estabelecidos, dentro dos prazos regulamentares previstos.